

**SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 1013/25**

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências;
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva;
- Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Lei Federal nº 13.696, de 12 de julho de 2017, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.
- Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências.
- Decreto Federal nº 5.753, de 12 de abril de 2006, que promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003;
- Decreto Federal nº 6.226, de 4 de outubro de 2007, que institui o Programa Mais Cultura;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 17.877, de 29/12/2022, que autoriza a instituição de Fomento ao Samba na Cidade de São Paulo com base na aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 2015, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 17.479, de 30/09/2020, que dispõe sobre o Programa Municipal de Fomento e Difusão da Música Gospel.
- Lei Municipal nº 17.295 15/01/2020, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Festival Anual da Música Gospel, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 17.110, de 06/06/2019, que institui o ensino de música na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.982, de 20/09/2018, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Evento Arte Musical K-Pop - Música Pop Sul-Coreana, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.148, de 27/03/2015, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia da Música, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.067, de 04/09/2014, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia de Klezmer - Festival Internacional de música judaica, a ser comemorado no dia 4 de novembro, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 15.926, de 18/12/2013, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia da Música Clássica, a ser comemorado no dia 16 de maio, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 15.892, de 07/11/2013, que estabelece o ensino obrigatório de Música na Rede Municipal de Ensino e dá providências correlatas.
- Lei Municipal nº 15.776, de 29/05/2013, que dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 15.705, de 17/04/2013, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia da Música Cristã, a ser celebrado anualmente no dia 30 de setembro, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 15.380, de 27/05/2011, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Theatro Municipal de São Paulo; cria cargos de provimento efetivo e em comissão; extingue o departamento Theatro Municipal; absorve as gratificações que especifica na Escala de Vencimentos do Quadro de Atividades Artísticas; dispõe sobre o afastamento de servidores da Administração Direta; altera o art. 1º da Lei nº 14.132, de 24 de janeiro de 2006, e dá providências correlatas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 15.145, de 19/04/2010, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia da Música de Raiz, a ser comemorado anualmente no dia 14 de agosto, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.485, de 19/07/2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.082, de 31/10/2005, que institui o Dia Municipal da Música Eletrônica, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 13.012, de 05/07/2000, que institui o "Museu da Música Brasileira" no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 12.692, de 29/06/1998, que institui o "Festival de Música Alternativa", da cidade de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 11.214, de 20/05/1992, que institui, no âmbito do Município, o Programa "Música para a Comunidade", e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 10.106, de 08/09/1986, que altera a jornada de trabalho dos Professores das Unidades de Iniciação Artística, do Departamento de Teatros, da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 8.127, de 02/10/1974, que referenda convênio celebrado com a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação do Estado de São Paulo.
- Lei Municipal nº 7.078, de 28/11/1967, que dispõe sobre concessão de prêmios a compositores participantes do Festival da Música Popular Brasileira, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 6.680, de 15/06/1965, que dispõe sobre a instituição de prêmios às escolas municipais do Município, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 6.619, de 17/12/1964, que dispõe sobre o festival anual de Música Clássica e Popular Brasileira.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 09 de setembro de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

